

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.740 - MG (2019/0095684-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : LUCAS PAULA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso interposto por **Lucas Paula dos Santos** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.146774-7/000, que manteve a conversão da prisão em flagrante em preventiva nos Autos n. 014.18.034.768-7, decorrente da suposta prática do crime de roubo.

Em suma, aponta-se a existência de fundamentação inidônea para imposição da medida extrema.

Requer-se a concessão de medida liminar para que o recorrente aguarde em liberdade o julgamento deste recurso e, ao final, a revogação da custódia cautelar.

É o relatório.

Aparentemente, ausente o *fumus boni iuris*. Segundo o Magistrado de primeiro grau, *o Autuado é tecnicamente primário, mas sua conduta ilícita é reiterada, sendo conhecido socialmente como autor de outras ações delituosas semelhantes, subtraindo objetos para a venda, com cujo produto adquire drogas* (fl. 34).

Com efeito, o caso demanda análise mais detalhada dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento do mérito.

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau sobre o andamento da ação penal, bem como a respeito da atual situação do recorrente.

Depois de juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

